

Continuação

de realização do ativo fiscal diferido. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é de até 5 anos, assim demonstrada:

Até 5 anos	29.475	
Total	29.475	
(c) Passivos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:		
	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	16.676	17.633
Diferença de vidas úteis	18.200	18.284
Diferenças	-	16.501
Total	34.876	52.418

A Companhia possui também diferenças temporárias originadas dos valores de provisão para contingências de longo prazo, no valor de R\$ 6.072 (R\$ 6.254 em 2022), e passivos de benefícios pós-emprego, no montante de R\$60.388 (R\$63.507 em 2022). Considerando as características dos passivos que geram estas diferenças temporárias sua realização é estimada por um período superior a 10 anos, desta forma a Companhia não constituiu impostos diferidos ativos sobre estes montantes devido imprevisibilidade na determinação dos resultados tributáveis futuros para esse período.

Ativo diferido líquido:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Passivo	29.475	30.687
(Passivo) / Ativo	(34.876)	(52.418)
	(5.401)	(21.731)

22 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 982.783 (R\$ 1.059.193 em 2022), riscos para transporte de R\$ 4.882.551 (R\$ 5.558.888 em 2022) e responsabilidade civil de R\$ 1.210.325 (R\$ 1.304.425 em 2022) pelo período de 18 meses.

23 Despesas por natureza

	2023	2022
Depreciação e amortização	(14.157)	(13.418)
Despesas com pessoal - remuneração	(36.791)	(33.605)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(2.778.301)	(3.014.386)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(31.747)	(26.878)
Outros	(82.601)	(75.833)
Total	(2.943.597)	(3.164.120)
Despesas de vendas	(29.344)	(26.527)
Despesas administrativas	(43.761)	(42.389)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.870.492)	(3.095.204)
Total	(2.943.597)	(3.164.120)

Conselho de Administração
Arlindo Moreira Filho - Presidente
William França da Silva - Conselheiro
Marcelo Pereira Malta de Araujo - Conselheiro
Julio Cesar Nogueira - Conselheiro
Marlisa Piovesan Reche Scarton - Conselheira
Alexandre Jerussalmy - Conselheiro
Diretoria
Felipe Jorge - Diretor Superintendente
Sérgio Satt Júnior - Diretor
Querullli de Oliveira Gomes - Contadora CRC RS-098025/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente,

em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (Nota 2.2 (a) e 18)

Parte substancial das receitas de vendas da Companhia é proveniente de venda de produtos derivados de petróleo cuja entrega do produto não necessariamente ocorre na mesma data da emissão da fatura. Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e o volume de transações efetuadas ao longo do ano, bem como necessidade de manutenção de rotinas de controles internos que suportem a identificação do momento do reconhecimento das receitas e produtos faturados e não entregues no final do exercício.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, que descreve o fato de que parte substancial das operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Selecionamos, em base amostral, transações de vendas reconhecidas pela Companhia durante o exercício de modo a avaliar a existência das transações. Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta.

Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de vendas com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro das transações e as respectivas divulgações em notas explicativas são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

Sicredi Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 10.480.950/0001-14
NIRE Nº 43300050050



Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A SICREDI PARTICIPAÇÕES S.A., por seu presidente do Conselho de Administração, convoca as acionistas para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa DREI nº 81/20, de **FORMA PRESENCIAL**, a ser realizada, excepcionalmente fora da sede da Companhia, no Hotel Deville Prime Porto Alegre, com endereço na Av. dos Estados, 1909, Anchieta, Porto Alegre - RS, CEP: 90200-001, no dia 26 de março de 2024, às 16 horas e 45 minutos, com a presença das acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

1. Prestação de Contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: a) relatório da administração; b) demonstrações financeiras; c) relatório dos auditores independentes; d) parecer do Conselho Fiscal; 2. Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4. Fixação da remuneração, quando for o caso, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; 5. Outros assuntos de interesse das acionistas. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Reforma do Estatuto Social da Companhia, contemplando a atualização do capital social de acordo com a capitalização ocorrida em novembro de 2023, aumento do capital social autorizado, alteração na redação do artigo 22; 2. Consolidação do Estatuto Social. **OBSERVAÇÕES GERAIS:** • Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, encontram-se à disposição das acionistas na sede social da Companhia, além de disponíveis digitalmente, por meio da rede mundial de computadores, utilizando a plataforma do **Portal da Governança**, através do link <https://www.sicredi.com.br/fundacao/portaldegovernanca/> e serão por esta divulgada às acionistas. • Em caso de representação presencial por procuração, o nome do representante legal, bem como os documentos que comprovem sua condição de representante legal ou procurador, devem ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico_societario@sicredi.com.br e aline_barcellos@sicredi.com.br, até a data de 22 de março de 2024.

Porto Alegre/RS, 11 de março de 2024
Fernando Dall'Agnese
Presidente do Conselho de Administração



CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR